ANÁLISE FISCAL DAS DEZ MAIORES ECONOMIAS REGIONAIS DO PARANÁ, NO PERÍODO 2012 A 2022.

Giovanni Araújo de Oliveira (PIBIC /UEPG), Marcio Henrique Coelho (Orientador), Giow1513@gmail.com: marhenco6@gmail.com.

Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) Departamento de Administração

Economia, economia monetária e fiscal.

Palavras-Chave: Paraná, finanças públicas, economia regional, modelo de Brown.

Resumo

Este estudo analisou a situação fiscal das dez maiores economias regionais do Paraná no período entre 2012 e 2022. Utilizou-se o Modelo de Brown para mensurar a condição financeira dos municípios sob as perspectivas de arrecadação, gasto operacional e endividamento.

Introdução

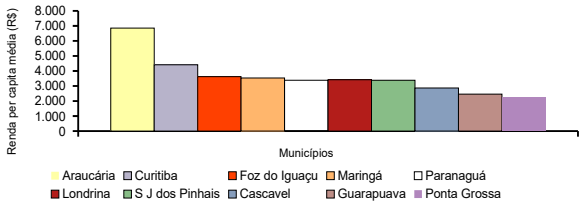
A análise de indicadores financeiros permite avaliar a gestão pública, contribuindo para o aprimoramento das políticas fiscais. Este trabalho foca nas dez maiores economias regionais do Paraná — Curitiba, São José dos Pinhais, Londrina, Maringá, Araucária, Foz do Iguaçu, Ponta Grossa, Cascavel, Paranaguá e Guarapuava — com o objetivo de examinar suas condições fiscais entre 2012 e 2022.

Materiais e Métodos

A pesquisa baseia-se em dados secundários extraídos do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI/STN), do IPARDES e do IBGE. Foram analisadas variáveis como Receita Total, Receita Corrente, Despesa Total, Dívida Consolidada e População, utilizando o Modelo de Brown como base para mensurar a condição financeira dos municípios.

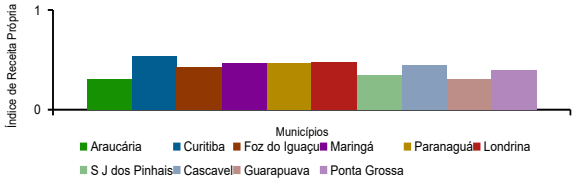
Resultados e Discussão

Gráfico 1 – Receita Média per Capita - 2012/2022



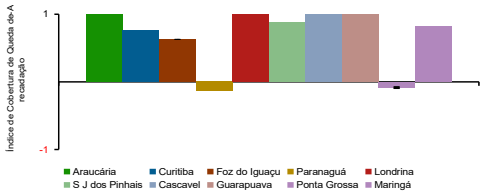
Fonte: SICONFI/STN (2024).

Gráfico 2 - Representatividade da R. Própria – 2012/2022.



Fonte: SICONFI/STN (2024).

Gráfico 3 – Recursos Médios para Cobertura de Queda de Arrecadação – 2012/2022.



Fonte: SICONFI/STN (2024).

Conclusão ou Conclusões

O estudo revela uma variação significativa na condição fiscal das maiores economias regionais do Paraná entre 2012 e 2022. Araucária destacou-se como o município mais eficiente em termos de arrecadação per capita e superavit fiscal, enquanto Ponta Grossa e Londrina enfrentaram maiores dificuldades com deficit e baixa arrecadação própria. Esses resultados oferecem subsídios valiosos para gestores públicos ao considerarem a adoção de políticas fiscais mais eficazes em momentos de instabilidade econômica.

Agradecimentos

Agradeço à Universidade Estadual de Ponta Grossa, a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação e ao Orientador.

Referências:

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em: https://www.ibge.gov.br.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). Disponível em: https://www.ipardes.pr.gov.br/.

LIMA, S. C.; DINIZ, J. A. Contabilidade Pública: Análise Financeira Governamental. São Paulo: Atlas, 2016.

MATIAS-PEREIRA, J. Finanças públicas: a política orçamentária no Brasil. São Paulo: Atlas, 2009.

PIRES, V. Estado mercado e tributação. Piracicaba: Editora Unimep, 1996.

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL (STN). Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI). Disponível em: https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/index.jsf.